

VALORES CULTURAIS DA OBOÉ: **1)** compromisso com a dignidade da pessoa humana; **2)** compromisso com a ética e com a observância das leis; **3)** compromisso com a integridade e a privacidade dos clientes; **4)** compromisso com a satisfação dos clientes (atendimento flexível, atencioso e com iniciativa para resolver problemas) (<www.oboe.com.br / Carta dos direitos do cliente>); **5)** compromisso com a busca permanente do desenvolvimento e de diferenciais competitivos; **6)** compromisso com a 'performance' empresarial (melhoria contínua dos processos, produtos, serviços e atendimento) e com o valor da marca; **7)** compromisso com a qualidade do ambiente de trabalho e com a qualidade na gestão de pessoas (apesar de quaisquer dificuldades oferecidas pela vida, todos podem voar); **8)** compromisso com a disseminação da informação e do conhecimento; **9)** compromisso com o desenvolvimento cultural da sociedade (<www.oboe.com.br / Instituto Cultural Oboé>); **10)** compromisso com as crianças e jovens das camadas menos favorecidas da sociedade (<www.oboe.com.br / Projeto Oboé de Cidadania>), bem como com os idosos em geral (www.oboe.com.br / Carta dos direitos das pessoas com necessidades especiais>).

Poupança Oboé: para investidores inteligentes & socialmente responsáveis
Agora com garantia do FGC até R\$ 60.000,00

RENDIMENTOS NOMINAIS EM % - ÚLTIMOS 12 MESES

| | OUT. | NOV. | DEZ. | JAN. | FEV. | MAR. | ABR. | MAIO | JUN. | JUL. | AGO. | SET. | 12 meses | 2008 | 2007 |
|-----------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| RENDA FIXA | | | | | | | | | | | | | | | |
| CDB ANBID (pré 30 dias) * | 0,70 | 0,70 | 0,70 | 0,70 | 0,70 | 0,70 | 0,70 | 0,70 | 0,73 | 0,76 | 0,81 | 0,81 | 9,09 | 6,81 | 9,40 |
| Poupança OBOÉ (*) (RDB-OBOÉ) | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 12,68 | 9,37 | 12,70 |
| CADERNETA DE POUPANÇA* | 0,61 | 0,56 | 0,56 | 0,60 | 0,52 | 0,54 | 0,60 | 0,57 | 0,62 | 0,69 | 0,66 | 0,70 | 7,48 | 5,64 | 7,71 |
| DI – Depósitos Interfinanceiros (CETIP) | 0,92 | 0,84 | 0,84 | 0,92 | 0,80 | 0,84 | 0,90 | 0,87 | 0,95 | 1,06 | 1,01 | 1,10 | 11,63 | 8,77 | 11,81 |
| FIF – RENDA FIXA (não referenciado) | 0,92 | 0,77 | 0,92 | 1,07 | 0,95 | 0,73 | 0,91 | 1,01 | 1,02 | 1,24 | 0,96 | 0,77 | 11,87 | 9,00 | 12,31 |
| RENDA VARIÁVEL | | | | | | | | | | | | | | | |
| IBOVESPA | 8,02 | (3,54) | 1,40 | (6,88) | 6,72 | (3,97) | 11,32 | 6,96 | (10,44) | (8,48) | (6,43) | (11,03) | (18,08) | (22,46) | 43,65 |
| FITVM (AÇÕES & CARTEIRA LIVRE) | 7,55 | (2,95) | 1,36 | (10,01) | 9,23 | (6,65) | 8,72 | 10,63 | (9,61) | (10,02) | (6,84) | (7,37) | (18,05) | (22,54) | 41,05 |
| DÓLAR & OURO | | | | | | | | | | | | | | | |
| US\$ COMERCIAL | (5,29) | 3,28 | (0,95) | (0,90) | (3,98) | 3,67 | (5,08) | (2,16) | (1,90) | (2,13) | 4,61 | 16,45 | 3,82 | 7,15 | (16,85) |
| US\$ PARALELO | (1,90) | (1,46) | (3,94) | 2,56 | (3,50) | (1,04) | (2,62) | - | (2,69) | - | (0,55) | 16,67 | (0,00) | 7,69 | (18,07) |
| OURO (SPOT – BM&F) | 7,22 | 5,26 | (3,20) | 8,06 | (0,57) | (0,96) | (9,71) | 0,22 | 1,72 | (1,90) | (5,38) | 19,32 | 18,51 | 8,48 | 11,27 |
| DERIVATIVOS (SWAP & HEDGE) | | | | | | | | | | | | | | | |
| FIF - CAMBIAL (referenciado) | (4,84) | 3,77 | (0,08) | (0,60) | (3,53) | 3,93 | (4,32) | (2,22) | (1,69) | (2,02) | 4,46 | 11,65 | 3,35 | 4,75 | (11,09) |
| FIF - DI (referenciado) | 0,93 | 0,84 | 0,84 | 0,93 | 0,80 | 0,84 | 0,82 | 0,88 | 0,95 | 1,07 | 1,01 | 0,92 | 11,38 | 8,53 | 11,81 |
| INFLAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
| IPCA | 0,30 | 0,38 | 0,74 | 0,54 | 0,49 | 0,48 | 0,55 | 0,79 | 0,74 | 0,53 | 0,28 | 0,21 | 6,20 | 4,70 | 3,69 |
| IGP-M (FGV) | 1,05 | 0,69 | 1,76 | 1,09 | 0,53 | 0,74 | 0,69 | 1,61 | 1,98 | 1,76 | (0,32) | 0,11 | 12,31 | 8,47 | 7,75 |

(*) a taxa é líquida

O IPCA é o parâmetro do Governo Federal para o sistema de metas de inflação: reflete a inflação para famílias com renda de até 40 salários mínimos.

NF Palavra do Presidente
NEWTON FREITAS www.newton.freitas.nom.br
newtonfreitas@terra.com.br

Educação e crescimento econômico

Os avanços nas salas de aula têm peso decisivo para a evolução dos indicadores econômicos de um país. No caso brasileiro, se as notas dos estudantes subissem apenas 15% nas avaliações, o Brasil somaria, a cada ano, meio ponto percentual às suas taxas de crescimento. A qualidade da educação, e não a simples quantidade de alunos na escola, impulsiona a economia. Sempre localizado nas últimas colocações em 'rankings' internacionais de ensino, as chances de o Brasil crescer em ritmo chinês e tornar-se mais competitivo no cenário internacional são mínimas, avalia Eric Hanushek, professor da Universidade Stanford e doutor em Economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT (Veja, São Paulo: Abril, n. 2078, 17 set. 2008, p. 19).

2. A massificação do ensino, por si só, tem pouco efeito na economia. A influência da educação passa a ser decisiva apenas quando ela é de bom nível, de acordo com os dados matemáticos. O bom ensino eleva rapidamente o padrão da força de trabalho de um país.

3. A relação entre boa educação e desenvolvimento econômico é antiga, mas a

qualidade do ensino nunca foi tão relevante para o crescimento dos países. Em sociedades altamente tecnológicas, a produtividade passou a depender ainda mais das habilidades desenvolvidas na escola. Os profissionais devem ser capazes de lidar com novas tecnologias e de solucionar problemas de alta complexidade. Quanto mais profissionais preparados para enfrentar tais questões, mais chances um país terá de avançar.

4. A excelência na sala de aula diz respeito, entre todos os fatores, à capacidade de os professores de despertar a curiosidade intelectual dos alunos e transmitir-lhes conhecimentos. É algo básico, mas frequentemente ignorado.

5. Os diretores de escolas raramente aplicam os critérios certos para rastrear bons profissionais. Os diretores valorizam tempo de experiência e cursos de especialização, quando esses são fatores sem nenhuma relação relevante com a qualidade das aulas. Os diretores resistem a aceitar essa idéia, mas as pesquisas não deixam dúvidas: os Ph.Ds não são necessariamente os melhores professores e muitas vezes figuram entre os piores. É fácil identificar os professores mais eficientes: eles, ao término de um período escolar, conseguem melhorar o desempenho de seus alunos em relação ao patamar do qual partiram no início.

6. Além de educação de bom nível, dois outros fatores têm impacto decisivo sobre o ritmo de crescimento de um país: o grau de abertura de sua economia e a segurança institucional, medida pela

capacidade de garantir o direito à propriedade privada.

7. Historicamente, os EUA sempre estiveram muito à frente dos demais países nesses dois quesitos. Outro antigo diferencial dos EUA são as universidades. Elas ocupam o topo do 'ranking' da excelência e há décadas funcionam como um poderoso motor para o progresso científico e tecnológico, de valor inestimável para a economia do país. Até agora, esse conjunto de fatores ajudou os EUA a compensar o desempenho medíocre dos estudantes no ensino básico, conclui Eric Hanushek.

8. O milagre do desenvolvimento está na constância e não nas arrancadas. O desenvolvimento sustentável depende de uma lista de exigências razoavelmente extensa, mas os pontos cruciais são: 1º) melhorar a qualidade do capital humano do trabalhador brasileiro; 2º) melhorar o clima de negócio, ou seja, tornar os procedimentos burocráticos mais simples e céleres; 3º) reduzir o fardo do Estado sobre a sociedade por meio de reforma fiscal; 4º) devolver às agências reguladoras seu papel de ordenar e fiscalizar os grandes setores de infra-estrutura, porquanto, sem mais segurança institucional, não conseguiremos reduzir o enorme diferencial de infra-estrutura entre o Brasil e os países do leste asiático. Carlos Eduardo Soares Gonçalves, doutor em Economia, professor de Economia da FEA-USP, autor de 'Economia sem truques' ('Bom, mas efêmero'. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 set. 2008, p. A3).

"A Oboé Financeira tem uma missão: resolver os problemas financeiros do cidadão". Newton Freitas, presidente. www.newton.freitas.nom.br



CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Nos EUA, o setor financeiro e o imobiliário têm, há tempos, uma relação íntima. No Brasil, em contraste, até pouco tempo atrás o setor financeiro queria distância do mercado imobiliário por razões legais, entre as quais a dificuldade de retomada do imóvel em caso de inadimplência. Só com a mudança do marco legal, quando o financiamento de imóveis ficou mais parecido com o de automóveis, os bancos voltaram a realizar operações de crédito imobiliário, ainda restritas aos melhores devedores ('prime'), observa Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central do Brasil, economista-chefe para a América Latina do Banco Santander (Veja, São Paulo: Abril, n. 2078, 17 set. 2008, p. 101).

V. 'Crise nos mercados financeiros dos EUA' (Disponível: <<http://www.newton.freitas.nom.br/>> ou <<http://www.oboe.com.br/portal/>>.

CRISE

O Brasil faz parte do mundo e não pode deixar de ser afetado pela crise. A redução na disponibilidade de dólares no mercado já tem prejudicado alguns setores dependentes de crédito à exportação. O efeito ainda é marginal. As linhas externas representam apenas de 5% a 10% do total da carteira de crédito no Brasil. Se houver uma redução na atividade nos EUA e na Europa, pode-se esperar impacto nas exportações brasileiras. Mas não deve acontecer quebra de bancos no Brasil. O sistema de regulação do Banco Central do Brasil é muito mais completo e complexo comparativamente ao dos EUA. Aqui todas as instituições financeiras são regulamentadas, não apenas os bancos comerciais, mas também os bancos de investimento, as financeiras, as empresas de 'leasing', o consórcio. A supervisão é muito rígida. E os bancos brasileiros são muito menos alavancados em relação aos americanos e europeus, conclui Fábio Barbosa, presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban (Isto É Dinheiro. São Paulo: Três, n. 575, 08 out. 2008, p. 48).

CONSTITUIÇÃO, 20 ANOS

Fizemos uma Constituição extremamente avançada, avalia o presidente Lula (Folha de S. Paulo, São Paulo, 05 out. 2008, p. A4).

2. O PT (lembra o presidente) chegou ao Congresso com uma proposta de Constituição pronta e acabada, a qual, se tivesse sido aprovada, certamente governar hoje seria muito mais difícil. Como um partido de oposição sem nunca haver chegado ao poder, tínhamos soluções mágicas para todas as mazelas do País. O PT votou contra o texto final da Constituição porque não concordava com a regulamentação posterior de uma série de direitos sociais. Mas nós assinamos a Constituição (id.).

3. Nos 20 anos de vigência da Constituição, enquanto a economia mundial dobrou de tamanho, o crescimento do Brasil não passou dos 60% e, mantido o ritmo do período, ainda levará mais uma década para completar os 100%. Nos 20 anos anteriores ao texto constitucional, a economia brasileira teve expansão de 260%. Em contraste com o crescimento da economia, os gastos governamentais dispararam, máxime como resultado do ambicioso modelo de seguridade desenhado no texto constitucional: saúde de alcance universal e previdência e assistência social vinculadas a um salário-mínimo capaz de atender às necessidades básicas de todos os trabalhadores. O salário-mínimo teve seguidas políticas de valorização. Mas o Brasil conseguiu a redução da pobreza e da desigualdade: os pobres, 42% da população em 1988, haviam caído a 23% em 2007, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 out. 2008, p. A4).

4. A Constituição de 1988 deu autonomia administrativa e funcional ao Ministério Público, regulado em capítulo próprio como instituição independente do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Na Constituição de 1934, era um dos

órgãos de cooperação das atividades governamentais', ao lado do Tribunal de Contas. Na Constituição de 1967, estava ligado ao Judiciário. Na Emenda de 1969, ao Executivo. No texto constitucional vigente, além de suas atribuições tradicionais voltadas para ação penal, o MP tem atuação na defesa de direitos sociais, individuais, difusos ou coletivos. Deixou de ser advogado dos

INVESTIMENTO BLINDADO

A crise atual pode significar um marco importante de crescimento para um produto ainda pouco conhecido: os fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs, também chamados de fundos de recebíveis (ValorInveste. São Paulo: Valor Econômico, n. 22, out. 2008, p. 48).

2. As rotas de aplicação conduzem os investidores no momento para a renda fixa, onde os FIDCs despontam como destino interessante para quem está com um bom dinheiro na mão. A rentabilidade do produto tem evoluído nos últimos meses. Há fundos nos quais a remuneração pode ultrapassar 115% do CDI (id.).

3. O lastro dos FIDCs são os recebíveis ou direitos creditórios. As peças principais da estrutura dos FIDCs são: a instituição cedente dos créditos; a empresa de auditoria; a agência de 'rating'; o administrador (responsável perante os órgãos reguladores), o gestor (responsável pela gestão dos recursos aportados no fundo) e a instituição custodiante (comprovação da existência dos créditos, além de outras funções) (id.).

4. O conjunto dessas peças tem como finalidade reduzir ao máximo o risco e blindar o dinheiro do cotista (id.).

5. O Oboé Multicred Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – OBOÉ MULTICRED FIDC, devidamente autorizado pela CVM (OFÍCIO/CVM/SER/GER-I/Nº 965/2008, de 10 jun. 2008), iniciou suas atividades em jul. p. passado com seguintes características:

- a) Objetivo do investimento: 110% CDI
- b) Aplicação mínima: R\$ 25.000,00
- c) Administração e gestão: Oboé Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- d) Custódia e controladoria: Banco Citibank S.A.
- e) Auditoria independente: KPMG
- f) Rating: 'BB'; Agência: LF Rating

interesses do Estado para converter-se em defensor dos interesses da sociedade. Suas funções foram ampliadas, assinala Tereza Sadek, cientista política (Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 out. 2008, p. A8).

V. 'Constituição, 20 anos' (Disponível: <<http://www.newton.freitas.nom.br/>> ou <<http://www.oboe.com.br/portal/>>.

PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) mundial é de US\$ 54,41 trilhões, dos quais os EUA detêm US\$ 13,81; os países da zona do euro, US\$ 12,16; o Japão, US\$ 4,38; a China, US\$ 3,25; o Brasil, US\$ 1,31; a Rússia, US\$ 1,29; a Índia, US\$ 1,10 (Folha de S. Paulo, São Paulo, 05 out. 2008, p. B6).

DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO

O Brasil classificou-se no 40º lugar, entre 52 países, no 'Índice de Desenvolvimento Financeiro' instituído pelo 'World Economic Fórum – WEF'.

Baseado em 120 variáveis, o 'ranking' apresenta os EUA no 1º lugar, seguidos do Reino Unido, Alemanha, Japão e Canadá. Na América Latina, o Brasil se posiciona na 3ª colocação, atrás do Chile (30º) e do Panamá (32º). Entre os países do BRIC, a China (24º) vem em 1º lugar, seguida da Índia (31º), da Rússia (36º) e, por fim, do Brasil (40º) (Gazeta Mercantil, São Paulo, 10 set. 2008, p. A12).

FACILIDADE PARA NEGÓCIOS

('DOING BUSINESS') – O Brasil classificou-se na 125ª posição, entre 181 economias, no Índice de Facilidade para Negócios, divulgado pelo Banco Mundial e a 'International Financial Corporation – IFC' por meio do relatório 'Doing Business 2009' (a primeira edição foi publicada em 2003). O principal objetivo do estudo é entender e ajudar a melhorar o ambiente regulatório e de negócios.

O estudo ora divulgado contemplou os seguintes indicadores: 1) abrir uma empresa; 2) alvarás de construção; 3) registro de propriedade; 4) pedido de crédito; 5) proteção aos investidores; 6) pagamento de impostos; 7) negócios no exterior; 8) fechar contratos; 9) encerrar as atividades da empresa.

O 'ranking' é liderado por Cingapura, seguida da Nova Zelândia, EUA, Hong Kong e Dinamarca. O Brasil continuou na última posição no grupo do BRIC, liderado pela China (83ª), seguida pela Rússia (120ª), Índia (122ª) e, por fim, o Brasil (125ª). Na América Latina, o Chile (40º) continua sendo o mais bem colocado. O Azerbaijão, país a promover mais reformas positivas para melhorar o ambiente de negócios, saltou 64 degraus e conquistou a 33ª posição no 'ranking' (Gazeta Mercantil, São Paulo, 10 set. 2008, p. A12).

TI

O Brasil posiciona-se em 43º lugar no 'ranking' do 'Índice de Competitividade em Tecnologia da Informação 2008', divulgado pela 'Economist Intelligence Unit', unidade de pesquisa da revista 'The Economist', dos EUA.

O resultado da pesquisa baseia-se em cinco quesitos: o porte local da infra-estrutura de TI; o acesso a capital humano; o ambiente de pesquisa e desenvolvimento (P&D); o cenário legal da indústria; e o apoio governamental para o desenvolvimento do setor.

Com 66 países, o 'ranking' é liderado pelos EUA, seguidos de Taiwan, Reino Unido, Suécia e Dinamarca. No grupo do BRIC, o Brasil vem em 1º lugar, seguido da Índia (48ª), Rússia (49ª) e China (50ª) (Valor, São Paulo, 16 set. 2008, p. B3).

CÓDIGO DE ÉTICA

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ aprovou em 06 ago. 2008 o Código de Ética de Magistratura Nacional (DJ de 18 set. 2008, p. 1 e 2). A adoção do Código de Ética é instrumento essencial para os juízes incrementarem a confiança da sociedade em sua autoridade moral, de acordo com o CNJ. Ainda para o CNJ, o Código de Ética traduz compromisso institucional com a excelência na prestação do serviço público de distribuir Justiça e, assim, mecanismo para fortalecer a legitimidade do Poder Judiciário.

DIRETORIA

Financeira: *Newton Freitas, presidente; Márcio Távora, Pádua Lopes* – Distribuidora: *Elizário Graça Júnior; Joeb Guimarães*

INFORME OBOÉ

É uma publicação mensal (newsletter) de informações e análises do mercado financeiro. Jornalista Responsável: Tarcísio Tavares MT n° 2183/58 – Tiragem: 10.000